

Dívida estadual chega ao impasse

27 NOV 1988

CESAR FONSECA

Ainda não foi possível chegar a um consenso entre a Comissão Mista de Orçamento do Congresso e o Palácio do Planalto sobre o pagamento da dívida externa dos Estados com aval do Governo Federal. Estiveram reunidos, ontem, durante todo o dia o líder do PMDB, na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), e o presidente e o relator da Comissão, deputado Cid Carvalho (PMDB-MA) e o senador Almir Gabriel (PMDB-PA), de um lado, e o ministro da Casa Civil, Ronaldo Costa Couto, e os técnicos do Ministério do Planejamento, de outro, para discutirem o assunto, mas a solução definitiva não saiu.

O nó da questão está em torno de como compensar a perda de receita que o Governo terá se for aprovada a proposta do relator da Comissão, senador Almir Gabriel, que prevê somente o pagamento de 25 por cento da dívida que vence no próximo ano, excluída a dívida vencida, acumulada desde 1983, acrescida de um esquema de escalonamento no pagamento de acordo com o critério de quem deve mais pagar mais. Por essa proposta, o Governo arrecadará algo em torno de Cz\$ 110 bilhões contra a arrecadação de Cz\$ 550 bilhões anteriormente prevista, com a proposta segundo a qual todos os Estados deveriam pagar 25 por cento da dívida vencida e a vencer, proposta esta amplamente derrotada pelos governadores.

Durante a reunião de ontem na casa do ministro Ronaldo Costa Couto as discussões se polarizaram no

sentido de que sobriam duas opções para adequar os interesses das partes em discussão: ou se faria amplo corte nos subsídios e incentivos fiscais, para cobrir a defasagem de Cz\$ 440 bilhões, como quer o relator da comissão, senador Almir Gabriel, ou o Governo concordaria em mudar a meta do déficit público contida no orçamento global da União, que prevê um superávit fiscal de 0,07 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) para o próximo ano. Enfim: ou eliminação dos subsídios ou mais déficit.

O líder do PMDB, deputado Ibsen Pinheiro, convocou pelo presidente José Sarney, na sexta-feira, para ser o intermediário na discussão entre os representantes da Comissão Mista de Orçamento do Congresso e o representante oficial do Governo, ministro Costa Couto, ressaltou que o objetivo é encontrar uma via comum de entendimento. Destacou que ambos os lados, de início, concordaram em sair de suas posições para negociar uma outra posição de consenso. Lembrou, no entanto, que esse consenso, depois de horas de conversas, ainda não tinha sido alcançado. Por isso, resolveu-se, de comum acordo, adiar, mais uma vez, a divulgação do relatório final da comissão que estava previsto para sexta-feira, foi adiado para ontem e, novamente, adiado para hoje.

Enquanto as duas partes negociavam, procurou-se contatos com os governadores dos estados mais endividados para buscar uma solução negociada. O ministro Costa Couto conversou com o governador de São Paulo, Orestes Quercia, e o relator da comissão, senador Almir Gabriel, falou com o gover-

nador Pedro Simon, do Rio Grande do Sul. Ambos não deram detalhes das conversas. Apenas foi ressaltado pelo líder Ibsen Pinheiro que os entendimentos seguem, mas o consenso ainda estava distante.

E possível, como admitiu o presidente da Comissão, deputado Cid Carvalho, que o governador de São Paulo acelte pagar uma quantia superior à proposta pela comissão, de 25 por cento da dívida a vencer. Mas, não havia ainda nenhuma definição. O certo é que a dívida vencida não será paga, mas inteiramente rolada, fato que representará uma dura derrota para as autoridades econômicas que fizeram questão de não transigir nesse ponto, até o final da semana, quando saíram derrotados.

As discussões prosseguiram noite adentro. Os ministros Costa Couto, da Casa Civil, Mailson da Nóbrega, da Fazenda, e João Batista de Abreu, do Planejamento, dirigiram-se ao Palácio da Alvorada para participar ao presidente Sarney os entendimentos entabulados com a Comissão. Resultado concreto, no entanto, não saiu. Até o final da reunião permanecia o seguinte quadro: prevalecia a proposta do Governo, de pagamento diferenciado, acoplada à proposta da comissão, de pagamento de 25 por cento da dívida a vencer em 1989. A cobertura da queda de receita seria feita por corte nos subsídios ou seria permitido uma maior expansão do déficit público, descartando-se, portanto, a proposta do Governo de gerar um superávit fiscal de 0,07 por cento do PIB no próximo ano. Hoje, as discussões prosseguirão.